



ATA DA 57ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ITAPEMIRIM

Aos treze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, às treze horas, no Salão da Igreja Católica Santa Rita de Cassia, Lagoa Dantas – Marataízes/ES., com a presenças de Carina Prado da Silva, SEMMA CI; Mateus da Mota Salvador, PMVI; Luciano Padella, PMM; Valcir Moreira Pagio, PMCC; Augusta Rosa Gonçalves, ICMBio; Tatiana Aparecida Rodrigues, Agersa; Loruama Geovana Guedes Vardeiro, Plant'Água; José Arnaldo Alencar, Messes; Fabiana Ramos Dias Caçador, AEFES; Vinicius Rocha Leite, Gota Verde; Wesley Mendes, Sindicato Rural de Cachoeiro de Itapemirim; Paulo Henrique Moulin Breda, BRK Ambiental; Ana Carolina Morati Teixeira, Uniaves; Renata Filgueira Carvalho, Usina Paineiras S.A.; Júlio Glauco Pontes da Silva, SAAE-Itapemirim; Edmilson da Silva Moulin, Sindicato dos trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares Cachoeiro de Itapemirim; Alexandre, SAAE Vargem Alta; Douglas Lima do Rosário, PMM; Wagner Eduardo Vasconcellos, MPES; Felipe Dutra Brandão, AGERH; Aline Keller Serau, AGERH. Teve início à reunião com a palavra da Presidente, Carina, agradecendo a presença de todos em seguida conferiu o quórum e a plenária aprovou a ata da última reunião. Carina apresenta o Relatório 2019 e aprovado pelo plenário por unanimidade. Paulo Breda fala que na 55ª reunião ordinária que ocorreu em Castelo, os membros tiveram dúvidas quanto aos mecanismos da cobrança e ficou decidido que um técnico da AGERH daria uma capacitação para o entendimento dos membros sobre o instrumento de cobrança. Paulo apresenta a técnica Aline, da AGERH, que irá conduzir a capacitação de cobrança. Aline agradece e diz a água é um bem de domínio público e de valor econômico. A Gestão das Águas deve ser participativa e descentralizadas, através dos Comitês que decidem os mecanismos da cobrança. Aluna fala dos usos múltiplos da água e que atualmente os valores atribuídos a água não atingiram os objetivos da Lei. Augusta fala que na área urbana o custo é alto e Aline responde que a água no meio urbano o custo é devido ao tratamento da água para o consumo da população. Os Comitês representam a sociedade e as discussões têm que ser amplas com a participação de todos os segmentos da sociedade, para que se possa definir os mecanismos de cobrança de forma abrangente de consenso de todos que compõem a bacia. Aline explica que as reuniões públicas são realizadas através dos convites dos Comitês a sociedade para ser apresentado os mecanismos de cobrança para que todos tenham conhecimento. Um dos objetivos da cobrança é a mudança de comportamento para uso racional da água. Os valores das arrecadações da cobrança não conseguem atender os custos dos investimentos na bacia. Aline diz que a Agência é um braço administrativo do Comitê e que o valor arrecado tem que suprir as despeça da Agência, uma vez que a lei determina 7,5% da arrecadação para esses gastos. Os cálculos para a cobrança vão depender da realidade de cada bacia, como serão os percentuais de



descontos para incentivar as ações ambientais na bacia hidrográfica. A ANA orienta que os cálculos para a cobrança seja o mais simples possível, para que todos possam entender o que efetivamente está sendo cobrado. Paulo fala que entender os mecanismos para a cobrança é importante e que os todos os segmentos serão ouvidos para que se possa chegar em um entendimento da importância da gestão em nossa bacia. Paulo apresenta o Promotor Dr. Wagner, e explica que dentro das divisões institucionais do MPES, cada promotor da área ambiental, dentro uma região geográfica, a partir de uma Bacia Hidrográfica, tem um representante. Ele é o representante na BHRI. Ele parabeniza a técnica Aline, e diz que a Lei das Águas já existe a algum tempo e que estamos atrasados em implementar os instrumentos gestão que são de grande importância para as devidas ações de melhoria na bacia. Diz que as decisões do Comitê têm que estar baseadas em dois critérios, o técnico e do interesse público, para que não seja questionada a sua legalidade. Dr. Wagner pergunta ao Paulo sobre as reuniões que serão feitas com os segmentos, para o alinhamento da proposta de cobrança e que irá acompanhar os andamentos para que o relatório técnico com todos os dados, sejam votados pelo Plenário. Paulo diz que ainda não há uma data específica, pois estamos organizando os agendamentos, mas que logo que seja marcado, o MPES será informado das datas. Wesley pede a palavra e destaca que o segmento da agricultura é contra a cobrança de água para os agricultores, e que considera insignificante o valor arrecadado, que será destinado ao CBH-Itapemirim, para que se perca todo o trabalho de sensibilização feito até agora com os produtores rurais. Fala ainda que o valor liberado para uso insignificante por este comitê também não protege o meio ambiente, usando como exemplo seu próprio consumo pra irrigação que é menor que volume liberado em votação no comitê, e que portanto em nada altera a prática de irrigação, e que entende que vão haver várias auto declarações falas e que a AGERH não tem estrutura para realizar a fiscalização e que portanto vai haver uma informação ilusória e que isso também é maléfico ao meio ambiente e a proteção da bacia do Itapemirim. Aline fala que quem aprova o relatório técnico da cobrança é o CEHR, o Comitê apenas sugere os mecanismos. Augusta fala que se discuti pouco, e acabamos cometendo os mesmos erros por não analisar os objetivos de forma criteriosa de onde queremos chegar. Paulo fala que a Câmara Técnica de Gestão de Recursos pode dar continuidade dos trabalhos para preparar o Relatório Técnico da Cobrança. Com relação a enchente ocorrida na bacia, o Comitê está presente nas discussões com os municípios atingidos. Sem mais assuntos para tratar a reunião foi encerrada, e eu Carina Prado da Silva lavrei esta Ata e assino com os demais pela lista de presença.